

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A  
EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 17.768/2022**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 269/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada na área de segurança eletrônica para a **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA**, para atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1							
...							
TOTAL XXX: R\$ XXXXX							

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, *caput*, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificados a seguir:

4.1.1 Elemento de despesa – **33.90.39.40**

4.1.2 Fonte de recurso- **07 – SUS**

4.1.3 Programas de Trabalho:

4.1.3.1 - Subsecretaria de Atenção Básica/Imunização – 30001.10.301.0083.2.193;

4.1.3.2 - Programa de Estratégia de Saúde da Família – 30001.10.301.0083.2.194;

4.1.3.3 - Subsecretaria de Vigilância em Saúde – 30001.10.305.0086.2.208;

4.1.3.4 - Subsecretaria de Vigilância Sanitária – 3001.10.304.0086.2.209;

4.1.3.5 - Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0085.2.202;

4.1.3.6 - Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0085.2.203;

4.1.3.7 - Gerência de Saúde Mental – 30001.10.302.0083.2.198

4.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.**

## 5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto n.º 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

5.1.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

5.1.3 FGTS;

5.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

5.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

5.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.

6.2 - No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1 - Elaborar um memorial descritivo da solução técnica, contendo nome/código das normas referenciadas;

8.2 - Elaborar o Projeto Básico e Executivo por meio dos seguintes documentos: Desenhos(plantas baixas, detalhes, cortes, todos em arquivo digital em DWG e PDF, e com

visualização em perspectiva, quando necessário), Especificações Técnicas, Cronograma Físico-Financeiro da obra, Planilhas orçamentárias (analíticas e sintéticas) com indicação dos preços unitários e totais, Cronograma e Planejamento Básico das atividades relativas à elaboração do Projeto Executivo e para a instalação e início de operação dos equipamentos.

8.2.1 - Projeto Executivo devidamente aprovados nos órgãos competentes, incluindo o pagamento das taxas dos mesmos.

Observação: Os itens das planilhas orçamentárias (analítica e sintética) serão resultado de composições de custos (materiais e serviços) baseados em índices de sistemas específicos de orçamento, cujas origens deverão ser demonstradas. Outros materiais equipamentos inexistentes em sistemas de orçamento, em decorrência de alguma especificidade, serão objeto de consulta ao mercado, devendo ser obtidos, no mínimo, três orçamentos comerciais.

8.2.2 - O Projeto Executivo deverá ser subdividido, devendo haver a discriminação dos valores e documentos relativos a cada unidade.

8.2.3 - Os documentos apresentados deverão conter todas as informações e elementos que possibilitem a adequada compreensão do projeto elaborado, permitindo a sua correta e precisa implantação.

8.2.4 - O Projeto deverá ser detalhado e separado por UNIDADES REQUISITANTES com vistas a possibilitar a contratação de empresa para o fornecimento e instalação pretendidos, nos termos da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93) e todo o material deverá ser entregue às unidades para análise, as quais poderão solicitar adequações, complementos, acertos e modificações porventura julgadas necessárias à aprovação.

8.3 - Apresentar estudos preliminares de consulta e avaliação junto à Fiscalização, em meio eletrônico apenas, através de transporte de dados em "pendrive", CD, DVD ou enviado por "e-mail".

8.4 - Apresentar, após a vistoria, aprovação e definição do Projeto Executivo, todo o material resultante, em duas vias impressas em papel – padrão A4, encadernados, com as assinaturas e identificações pertinentes e em meio eletrônico através de CD ou DVD, que permanecerão anexos ao conjunto entregue.

8.5 - Apresentar definição dos pontos onde serão instalados os equipamentos, com as necessárias especificações técnicas para a instalação.

8.6 - Elaborar, através de documento específico, os requisitos de habilitação e de qualificação técnica que a empresa classificada em primeiro lugar no certame para a instalação deverá atender (documento RFP).

8.7 - Elaborar listas de materiais necessárias para a execução física do projeto básico aprovado, contemplando especificações técnicas e quantitativas de cada material sugerido.

8.8 - Apresentar relatório acompanhado de fotos dos locais/áreas que receberão o sistema de cabeamento estruturado.

8.9 - As plantas baixas serão disponibilizadas, oportunamente, em formato digital (.dwg, .pdf).

**8.10 – CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA O PROJETO:**

8.10.1 - O projeto a ser concebido deverá obedecer à legislação específica referente às normas da ABNT, e outros órgãos normativos.

8.10.2 - Será necessária a apresentação da Certidão de Acervo Técnico, do profissional de nível superior, que irá elaborar o projeto, emitida pelo CREA e/ou CAU.

8.10.3 - Indicar, na data da assinatura do contrato, um profissional para ser responsável técnico do serviço, que atuará como preposto, na forma do disposto no Art. 68 da Lei nº 8.666/93, informando à fiscalização contratual seu nome completo e telefone de contato.

**8.11 - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

8.11.1 - Será de inteira responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO a aprovação e alterações necessárias do projeto contratado nos diversos órgãos competentes, de fiscalização e controle, e demais entidades que as solicitem, até a aprovação e legalização definitiva dos mesmos.

8.11.2 - A aprovação e legalização dos projetos não eximirão seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às suas atividades profissionais.

8.11.3 - A empresa contratada deverá arcar com a custa de todos os documentos impressos, pagar as taxas de análise do projeto e mobilização para o serviço de protocolo e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo estes custos estarem inclusos em suas propostas.

8.11.4 - Após a aprovação e a legalização dos projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes, no caso da não compatibilidade do projeto com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes sem ônus, de novos documentos impressos e mobilização, para a Contratante.

8.11.5 - A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela Contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

8.11.6 - Os projetos de instalações em geral deverão ter como objetivo básico a COMPATIBILIZAÇÃO entre estes e o arquitetônico. Deverão sempre ser levados em conta os aspectos estéticos e funcionais, visando à facilidade de manutenção, segurança e controle do sistema como um todo.

8.11.7 - A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela Contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

8.11.8 - A contratada deverá apresentar Registro das Responsabilidades Técnicas dos serviços realizados, dos Conselhos Regionais correlatos.

**8.12 - PRAZOS DO INÍCIO E DO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS:**

8.12.1 - O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos e seguirá o seguinte cronograma:

8.12.2 - O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos;

8.12.3 - Apresentação do Cronograma Prazo: 15 (quinze) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

8.12.4 - Descumprimento: desconto de 2% sobre o valor global da contratação



8.12.5 - Início da Execução prevista no cronograma Prazo: 15 (dias) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

8.12.6 - Apresentação do projeto preliminar para análise (por unidade e global) Prazo: 40 (quarenta) dias, contados do início da execução do cronograma.

8.12.7 - Descumprimento: desconto de 5% sobre o valor global da contratação.

8.12.8 - Adequações ao projeto preliminar. Prazo: 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação emitida pela Unidade Requisitante.

8.12.9 - Apresentação do Projeto Final Prazo: 90 (noventa) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

8.12.10 - Descumprimento: desconto de 10% sobre o valor global da contratação.

8.12.11 - Análise e correções do projeto final – Prazo: 15 (quinze) dias após a apresentação do projeto final.

8.12.12 - A contratada, a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar cronograma detalhado da elaboração dos serviços.

8.12.13 - Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada à Fiscalização do Contrato, por escrito e com exposição de motivos, até 30 (trinta) dias corridos antes do prazo previsto para sua conclusão. A fiscalização encaminhará, após emitir parecer, à Direção Geral da Contratante, que poderá ou não conceder a prorrogação pretendida.

**8.13 – PERCENTUAIS DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:**

8.13.1 - Etapa 1: 20% do valor total do contrato.

8.13.2 - Etapa 2: 35% do valor total do contrato.

8.13.3 - Etapa 3: 45% do valor total do contrato.

**8.14 – LOCAIS ONDE SERÁ NECESSÁRIO O SERVIÇO:**

8.14.1 - A prestação do serviço se dará na Unidade elencada abaixo:

8.14.1.1 - SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA;

8.14.1.2 - Policlínica Sylvio Henrique Braune e Setor de Imunização - Rua Plínio Casado, S/Nº - Centro, Nova Friburgo/RJ.

8.14.1.3 - Posto de Saúde Tunney Kassuga – Rua Vicente Sobrinho, S/Nº – Olaria, Nova Friburgo/RJ.

8.14.1.4 - Posto de Saúde Waldir Costa – Rua José Ernesto Knust, Nº 184 – Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.

8.14.1.5 - Unidade Básica de Saúde José Copertino Nogueira – Rua Antonio Augusto dos Reis Junior, S/Nº – São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.

8.14.1.6 - Unidade Básica de Saúde Ariosto Bento de Mello – Rua Darcília dos Santos, S/Nº – Cordueira – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2 - PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA;

8.14.2.1 - ESF Amparo – Rua Raul Rivail Gripp, S/Nº – Amparo, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.2 - ESF Rio Grandina – Praça N.S. do Rosário, S/Nº – Rio Grandina, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.3 - ESF Nova Suíça – Rua Moisés Moraes Filho, S/Nº – Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.4 - ESF Campo do Coelho – Rua Jones Mendes Muniz – Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.5 - ESF Mury – Av. Hamburgo, S/Nº – Mury, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.6 - ESF São Pedro da Serra - Rua Rodrigues Alves, S/Nº – São Pedro da Serra – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.7 - ESF Lumiar – Rua Guilherme Eugenia Spitz – Lumiar, S/Nº – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.8 - SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Rua Augusto Cardoso, Nº 62 – Centro – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.9 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Avenida Euterpe Friburguense, Nº 93 – Centro – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.10 - HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO - Rua General Osório, Nº 324, centro, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.11 - HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.12 - GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL;

8.14.2.13- CAPS II – Rua São Roque, Nº 240 - Bela Vista – Olaria – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.14 - CAPS A.D. - Av. Comandante Bittencourt, Nº 142 – Centro – Nova Friburgo/RJ.

8.14.2.15 - CAPS INFANTIL – Avenida Júlio Antônio Thuler, Nº 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ.

### **8.15 – DA GARANTIA:**

8.15.1 - A CONTRATADA obriga-se a efetuar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) anos contados a partir da data do RECIBO DEFINITIVO, o seguinte:

8.15.2 - Inspeção e verificação da implantação do projeto durante o período de execução do serviço de instalação da solução de CFTV, quando requisitado pela Unidade Requisitante, a fim de verificar a adequação dos serviços à época executados, para o que deverão ser efetuadas até 02 (duas) visitas técnicas, por cada solicitação de inspeção, ao local dos serviços, cada uma delas obrigatoriamente no prazo de 24 horas a partir do recebimento da requisição, as quais resultarão, em caso de se constatarem divergências executivas, na emissão de relatórios.

8.15.3 - Correções e complementos que se julgarem necessários, devido a constatação de erros, falhas, inconsistências, que seja porventura identificados quando da implantação dos equipamentos. As medidas pertinentes relativas às providências acima indicadas deverão ser tomadas no prazo de 72h (setenta e duas horas) da notificação feita pela Contratante, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual.

## **9 - CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
PATRICIA SOARES CARVALHO	299.080	FISCAL TITULAR
CAMILA LIBONATO MENDONÇA	299.421	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA / IMUNIZAÇÃO		



LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
ALINE LIMA DE ABREU	2078.680	FISCAL TITULAR
ALEXANDRA RODRIGUES BARBOSA GAETA	299.038	FISCAL SUBSTITUTO
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	FISCAL TITULAR
MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ		
ANTONIO CARLOS SANT ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
GILMAR DOS PASSOS DA ROSA	062.346	FISCAL TITULAR
RAPHAEL JASMIM SANTOS	206.703	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO		
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
NÉLIO DOS SANTOS JR.	062.095	FISCAL TITULAR
MARCOS ALEXANDRE DA SILVA CRUZ	115.027	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
FABÍOLA BRAZ PENNA	6692	SUPERIOR IMEDIATO
FELIPE SOUZA DE OLIVEIRA	207.010	FISCAL TITULAR
PIERRE GRIPP GIBAJA	299.503	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
FABÍOLA BRAZ PENNA	206.692	SUPERIOR IMEDIATO
ERNANI MONTEIRO VIANNA DA SILVA	299.083	FISCAL TITULAR
PIERRE GRIPP GIBAJA	299.503	FISCAL SUBSTITUTO



CAPS II		
ROSILENE KLEIN BARRADAS	115.231	SUPERIOR IMEDIATO
LUCIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA ÂNGELO	062.194	FISCAL TITULAR
GEDALVA DE OLIVEIRA DA FONSECA	195.064	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS A.D.		
CLAUDIA PIETROBON DE ALVARENGA MAFRA	299.138	SUPERIOR IMEDIATO
ERICK DALDT	211.142	FISCAL TITULAR
BÁRBARA SALOTTO MARCHETTI	115.218	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS INFANTIL		
HELENA VENTURA WAMBIER	062.964	SUPERIOR IMEDIATO
CAROLINA GIANFALDONI VIANA	115.186	FISCAL TITULAR
ANDRICK DE AZEVEDO RISSO	062.665	FISCAL SUBSTITUTO
GESTORES		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.639	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

9.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 - Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, verificando sua conformidade com as condições exigidas no contrato.

10.1.2 Fornecer à CONTRATADA a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a atestar os relatórios de visita, quando necessário.

10.1.3 Permitir o acesso da Contratada às dependências das Unidades Requisitantes nos horários de expediente normal ou em horários extraordinários, conforme acordado com a Contratada.

10.1.4 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

10.1.5 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.7 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.8 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.9 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

10.1.10 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

## **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93, demais cláusulas do Termo de Referência e das normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Apresentar cronograma das etapas da elaboração do projeto, de acordo com as etapas descritas nesta especificação técnica e outras que julgar necessárias, em conformidade com este Termo.

11.1.2 Assumir inteira responsabilidade técnica pelo projeto elaborado, nos termos das normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de outros órgãos normativos;

11.1.3 Responsabilizar-se, junto aos órgãos competentes, pela obtenção da ART junto ao CREA, sem ônus adicionais para a Contratante;

11.1.4 Ceder à Contratante os direitos patrimoniais referentes ao projeto objeto da presente contratação, importando o dever de indenizá-la por perdas e danos, em caso de utilização dos direitos patrimoniais pelo autor do projeto.

11.1.5 Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

11.1.6 Executar os serviços com observância das especificações técnicas regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário.

11.1.7 Manter seus profissionais, enquanto permanecerem nas dependências da contratante, com o uso de uniforme com logotipo da empresa ou crachá de identificação.

11.1.8 Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, bem como de indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

11.1.9 Indicar, na data da assinatura do contrato, um profissional para ser responsável técnico do serviço, que atuará como preposto, na forma do disposto no Art. 68da Lei nº 8.666/93, informando à fiscalização contratual seu nome completo e telefone de contato.

11.1.10 Apresentar registro ou inscrição das empresas junto ao CREA.

11.1.11 Solicitar à Fiscalização da Contratante esclarecimento de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas no Termo de Referência.

11.1.12 Não transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.2 - Comete infração administrativa:

12.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.2 - Apresentar documentação falsa;

12.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

12.1.5 - Não manter a proposta;

12.1.6 - Cometer fraude fiscal;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

12.3.1 - Advertência;

12.3.2 - Multa:

12.3.2.1 - compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

12.3.2.2 - compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

12.3.2.3 - moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.3.2.4 - moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.3.2.5 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.3.2.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

12.4 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

12.5 - As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

12.6 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

13.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1 - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 - Indenizações e multas.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES**

14.1 - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do serviço pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

16.1 - Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto da presente licitação.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS.**

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

20.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

21.1 - É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

21.2 - Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: